

O CAPITAL SOCIAL NO PIBID: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CÂMPUS PALMAS – PR

Roberto Carlos Bianchi

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR

Marcos Junior Marini

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR

Antonio Cavalcante

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é analisar o capital social presente no PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Subprojeto Letras- Português - IFPR - PR, utilizando-se através das categorias: "troca de informações", "nível de confiança", "interação e contato" e papel de liderança". A análise de dados baseou-se na elaboração de gráficos em planilhas do Excel, do software Ucinet 6 for Windows, e a geração do sociograma (redes) a partir do software NetDraw. Assentam-se os conceitos em discussão, em Putnam (1996), Jawdat (1999), Moyano (2001), Souza (2006), Lourenço (2005) e MEC (2010, 2013). Os principais resultados referem-se a identificação do Capital Social presente no PIBID, no subprojeto em questão. A pesquisa possibilitou identificar bons resultados em relação à troca de informações entre os agentes institucionais, porém, observa-se insuficiente no que se refere ao papel de liderança e na categoria interação e contato entre os bolsistas.

Palavras-chave: Capital Social, PIBID, Políticas Públicas., IFPR

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the social capital present in PIBID - Institutional Teaching Initiation Scholarships Program, Subproject Letras-Portuguese – IFPR, through the categories: " information exchange ", "confidence level" " contact and interaction " and leading role ". Data analysis will happen through the posted data in Excel, Ucinet 6 software for windows version, after generating the sociogram (networks) from the software NetDraw. The concepts under discussion agree, in Putnam (1996), Jawdat (1999), Moyano (2001), Souza (2006) , Lawrence (2005) and MEC (2010, 2013). The main expected results refer to the identification of the share capital present in PIBID in the referred subproject. It identifies good results related to the information exchange between institutional actors, however, it is observed a lower level in the leadership role, and in the interaction and contact category between the scholarship students.

Keywords: Social Capital, PIBID, Public Policies, IFPR.

1. INTRODUÇÃO

As discussões críticas em torno das políticas públicas têm alcançado importância fundamental nas proposições e implementações de melhorias no desenvolvimento social, focando-se não só na análise de crescimento econômico, mas, sobretudo, preocupando-se com o desenvolvimento humano e social.

Nesta perspectiva um dos pontos discutidos por diversas áreas do conhecimento é o Capital Social a partir das relações de poder exercidas nas relações humanas como determinantes para a identificação e execução de iniciativas, programas públicos ou atividades de cooperação social na busca da superação de propostas individualistas dos modelos capitalistas neoliberais da sociedade atual.

Nesta direção, o presente artigo propõe-se analisar aspectos de capital social que assentam as bases do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) proposto e posto em prática pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - CAPES, com o intuito de melhorar e incentivar a formação docente inicial.

O artigo está dividido em quatro seções. Apresentar-se-á inicialmente abordagem conceitual referente ao capital social baseando-se em Putnam (1996), Jawdat (1999), Moyano (2001). Num segundo momento, abordar-se-á sobre os conceitos e implicações das políticas públicas na sociedade, fundamentados nos conceitos expostos por Souza (2006) e Lourenço (2005). Num terceiro momento, descreve-se o PIBID, como política pública de Educação (MEC, 2010, 2013). A continuação far-se-á a análise dos dados levantados nas entrevistas através de questionários.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem por objetivo apresentar algumas conceituações de Capital Social na literatura especializada. Com essa abordagem pretende-se embasar elementos para a análise de dados que se fará a continuação.

2.1 Capital social: algumas conceituações na literatura

Os estudos sobre desenvolvimento envolvem cada vez mais aspectos significativos no que concerne ao bem-estar social. A sociedade moderna encontra-se em crise. Os reflexos da mesma afetam diretamente aos cidadãos "modernos". Apesar do desenvolvimento tecnológico, tão conclamado pela ciência moderna, a superação das desigualdades sociais ainda é um desafio desconcertante. Há poucos quilômetros de distância convivem sociedades que não foram capazes de superar as "mazelas da desigualdade" com outras que "ostentam e esbanjam riquezas". Essas realidades são fruto de projetos de desenvolvimento regidos por interesses capitalistas, baseados no liberalismo econômico. Assim, as comunidades com menor acesso aos bens sociais de produção e consumo, ficam às margens, sobrevivendo e não usufruindo do que ajudam a produzir com a força de seu trabalho.

Nesta perspectiva de estudo sobre desenvolvimento, desde a década de 1860 do século passado, tem-se incluído o conceito de Capital Social nos estudos sobre desenvolvimento local e global. Inclui-se nas discussões a preocupação não só com o desenvolvimento econômico, mas também com o desenvolvimento humano e social.

No entanto, de acordo com Moyano (2001, p. 37), "El concepto de "capital social" no es un concepto de nuevo cuño". Foi utilizado em diversos contextos e significados. O autor aponta diversas fontes para a aproximação ao conceito de capital social. As vertentes para o tratamento da temática do capital são diversas, perpassam desde o pensamento da tradição marxista, Durkheim y Parsons até Weber, possibilitando interpretações diversificadas.

É consenso que o conceito ganhou força na década de 1960 com os economistas Neoclássicos, principalmente Schutz (1963) e Becker (1962). De acordo com Moyano (2001), estes autores afirmavam que populações com boas condições de vida, trabalho e terra teriam melhores condições de desenvolver "capital social". Há, portanto, na literatura certa confusão entre os conceitos de capital social, capital físico e capital humano. O conceito de capital está acrescido de alguns "...tipos de normas y redes sociales que, según

esta perspectiva teórica, son importantes para el desarrollo porque favorecen la realización de acciones colectivas en beneficio de la propia comunidad...", Moyano (2001, p.39)¹.

É importante destacar que o conceito de capital social apresenta dificuldade de definição, pois conforme Moyano (2001) e Jawdat (1999) é um conceito que significa "muitas coisas". Para os teóricos de cunho racionalista é visto como um recurso emergente da interação entre agentes racionais que coordenam-se entre si para alcançar benefícios comuns. Está claramente enfatizada, neste sentido, o valor contratual do capital social, ou seja, "cuando los individuos cooperan entre sí lo hacen porque consideran que es bueno para sus intereses cooperar; el capital sería, por tanto, resultado de un comportamiento racional", (MOYANO, 2001, p.40). Outros autores, como Coleman (1988 e 1990) tem outra perspectiva de conceituação entendendo capital social de acordo com a função que realiza, principalmente como "interação e cooperação".

De acordo com Moyano (2001, p. 41), o conceito de capital social em Durkheim é entendido como "conjunto de elementos normativos - no contractuales, que interiorizados en los individuos, hacen posible que estos cooperen y desarrollen proyectos de acción colectiva, sean o no racionales".

Nos autores da escola weberiana encontramos grande variedade de aproximações ao conceito em discussão. Alguns o concebem como "combinação de laços", por exemplo Evans (1985), entendendo-o como base não burocráticas das organizações burocráticas. Granovetter (1973), em seu artigo "A fortaleza dos laços débeis", define-o como o que os mantêm "conectados entre sí a lo largo de diferentes áreas institucionales", (MOYANO, 2001, 41). Outros autores, ainda o consideram como um "recurso moral" (FUKUYAMA, 1995), ou, como "mecanismo cultural" (BOURDIEU, 1986).

Tradicionalmente, há duas abordagens de interpretação ou concepção de capital social: Culturalismo (Putnam) e Neo-institucionalismo (Evans, Fox, Ruerschmeyer, etc). De acordo com Jawdat (1999), essas abordagens desenvolveram-se dentro da nova sociologia do desenvolvimento em dois caminhos. Um em nível "micro" sobre os estudos étnicos do empresariado (Portes, Waldinger, Light) e outro "macro", na perspectiva dos estudos institucionalistas nas relações Estado-Sociedade (Evans, Wade, Baten, etc). De acordo com

¹ Porém, essa acepção moderna de capital social, de acordo com Moyano (2001), já havia sido utilizada anteriormente por vários autores, entre eles Jacobs (1961), Bourdier e Passeron,(1970), Coleman (1988, 1990), Putnam (1993), entre outros.

Jawdat (1999), a primeira abordagem era caracterizada por regiões onde as relações de poder nas relações sociais ocorriam majoritariamente de forma vertical - de cima para baixo ou centralizada, em relações assimétricas e desiguais. A segunda abordagem caracterizou-se pelas relações de associativismo horizontal com igualdade entre os membros.

A abordagem Culturalista tem em Putnam seu principal expoente. O autor baseou seus conceitos nos estudos desenvolvidos pela análise das comunidades do norte italiano, conhecido como "terza Itália". De acordo com o pensamento de Putnam (1993) as articulações da sociedade civil, em termos de capital social, não são dependentes da ação governamental, mas resultado de inércias históricas e culturais. Ainda para Putnam (1995, p. 177), "a superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado". Para o autor, o capital social facilita a cooperação espontânea e as associações de crédito são fundamentais para o compartilhamento e execução de projetos de vida. As associações tornam-se lugar de encontro, reuniões e definição de objetivos comuns ao mesmo tempo em que são o "lócus" de entretenimento social ou altruísmo (Putnam, 1995).

Os estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, sobretudo pelos autores neo-institucionalistas inferem de maneira mais destacada a participação do Estado na determinação do capital social. Granovetter (1985) aponta que todas as formas de intercâmbio econômico estão "enraizadas" nas relações sociais, assumindo diversas formas de laços e práticas culturais, tendo em conta que todos os "benefícios" são acompanhados por "custos". De acordo com Jawdat (1995), devido a estes custos gerados pelo processo de desenvolvimento, outros autores sugeriram o acréscimo da dimensão "autonomia", referindo-se num âmbito mais restrito ao poder que os indivíduos do grupo tem de aceder a outros grupos fora da própria comunidade e num sentido mais amplo refere-se a independência que os líderes têm perante sua comunidade e das elites econômicas na tomada de decisões.

Dentro da dicotomia dessas duas abordagens, surge a necessidade de um modelo-síntese. De acordo com Moyano, (2001, p. 48), "...No basta con entender el capital social como un recurso que ayuda a superar los *dilemas estáticos* de la acción colectiva - por más importantes que estos sean". Neste sentido vem o aporte de Woolcock, na incorporação de outras dimensões na resolução dos *dilemas dinâmicos*, o que nas palavras de Moyano (2001, p. 49), "... es decir, los que surgen cuando el éxito de una determinada acción

colectiva en pro del desarrollo influye de tal modo en las relaciones sociales dentro de una comunidad, que es necesario que estas se coordinen para garantizar que el desarrollo siga teniendo éxito en el futuro".

A análise e estudos de capital social referem-se a que, enquanto mais intensos sejam os laços sociais em uma comunidade e maior for a confiança entre seus membros, maior será o "estoque" de determinada forma de capital social. Porém, essa constatação gera dilemas, pois não necessariamente onde há maior concentração de capital social signifique maior desenvolvimento. Como exemplo podem ser citados os casos dos estudos realizados por Fox (1996) no México.

Dentro desta breve abordagem sobre os principais conceitos de capital, o escopo deste trabalho encaminha-se para uma análise da perspectiva das relações sociais complexas (Morin 2003) na contemporaneidade observando o capital social no PIBID, como política pública de Educação para a formação docente inicial. Assim a análise de algumas categorias predeterminadas nos ajudou a identificar no PIBID subprojeto Letras Português do IFPR - Câmpus Palmas a incidência de características de capital social nas relações sociais e de poder entre os envolvidos no projeto.

Outro ponto que merece destaque é a importância das "redes" nas relações sociais para a identificação, disseminação e efetivação do Capital Social. Pelo espaço determinado pelo objetivo deste trabalho não há possibilidade de nos estendermos sobre o assunto, porém, de acordo com Granovetter (1973), a análise por meio de sociogramas serve para identificarmos de modo mais visível e claro as relação interpessoais que interferem na composição do Capital Social. As relações interpessoais acontecem e efetivam-se através das "redes e laços" criados e reforçados nas relações humanas. A coesão ou fragilidade destas redes, segundo o autor, determinam fundamentalmente o êxito nas atividades corporativas e cooperativas.

Observa-se que o conceito de capital social significa muitas coisas ao mesmo tempo e, por isso, sua definição gera confusão. Utilizado normalmente na definição de políticas e análises de desenvolvimento, é geralmente, contraditório. O único que pode-se afirmar rigorosamente é que trata-se de um conceito polissêmico, que envolve várias dimensões da vida social de acordo com Moyano (2001).

A continuação abordaremos temática das Políticas Públicas e seu papel na determinação das ações governamentais para o desenvolvimento humano e social.

2.2 Políticas Públicas

Observa-se que Políticas Públicas como área de conhecimento é algo recente e ainda em período de definições. Na literatura é comum encontrar multiplicidade de definições e significações de acordo às áreas referenciais a que se denominam. De acordo com Souza (2006), o conceito de política pública nasceu nos Estados Unidos. Para a autora, "o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o que de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes"(SOUZA, 2006, p. 22). Como uma terceira via, a autora indica ainda que na ciência política - políticas públicas pode ser entendido "como e por que os governos optam por determinadas ações" (SOUZA, 2006, p. 22).

Para Lourenço (2000), a idealização e concretização de políticas públicas torna-se um processo de forças políticas, as quais, exigem ou permitem a participação de diversos grupos sociais com diferentes interesses na busca de denominadores comuns para o desenvolvimento social.

Dye (1984) faz um síntese da definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer"². Para Mead (1995) políticas públicas é um "campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas"³... Peters (1986) diz que, "política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos"⁴.

Neste sentido observa-se que as políticas públicas são permeadas pelas relações de poder e sobretudo pelo "poder simbólico", preconizado por Bourdieu (1989, p. 8), como "poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem". Infere-se assim, que o poder simbólico é estrutura estruturada, ou seja, não ocorre ao devir, pertence intrinsecamente a uma estrutura organizacional.

² SOUZA (2005, p. 24).

³ SOUZA (2005, p. 24).

⁴ SOUZA (2005, p. 24).

No Brasil, o processo de democratização vivido durante as últimas décadas do século passado permitiram a abertura lenta ao processo de consolidação de políticas públicas nos mais variados âmbitos da governança. Destacam-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento, Plano de Metas e as reformas políticas executadas ao longo do tempo. A partir dos anos noventa ocorrem mudanças políticas e econômicas no Brasil que redimensionam o cenário social. Da década de 2000 em diante novos cenários políticos e econômicos apresentaram-se, assim como a maior participação e cobrança por parte do Banco Mundial, FMI, ONU e outros órgãos internacionais.

Neste contexto o PIBID surge como efetivação de uma política pública de educação que pretende melhorar a formação docente inicial e valorizar o magistério.

2.2.1 O PIBID

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), está inserido no movimento de definição das políticas públicas para a formação docente inicial. Tem como fundamento a articulação da educação superior (nas licenciaturas) e as escolas de educação básica nos sistemas públicos de educação estadual e/ou municipal. Foi proposta pela CAPES e foca-se no aperfeiçoamento e valorização da formação docente inicial. Surgiu inicialmente como Programa de incentivo a iniciação à docência em 2007 e regulamentado em 24 de junho de 2010, pelo decreto nº 7.219. Em 2013, foi transformado em política de estado integrando-se às políticas educacionais organizadas pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Em 4 de abril de 2013, a lei 12.796, sancionada pela Presidente da República, alterou o texto da LDB, principalmente no que se refere ao artigo nº 62, sobre o incentivo à formação docente.

Vislumbra-se através do PIBID, um novo contexto para a formação docente inicial. Se bem é cedo ainda, para avaliações conclusivas, entretanto, percebe-se que tem dado passos firmes em relação a efetivação do programa como política pública de educação. O programa insere-se numa perspectiva de interação universidade/escola, pois permite a integração entre coordenadores (universidades), supervisores (professores da rede pública de educação) e bolsistas (acadêmicos dos cursos de licenciaturas das faculdades e universidades públicas e privadas).

Segundo a CAPES, o Programa tem como objetivos:

a) Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; b) Contribuir para a valorização do magistério; c) Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; d) Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; e) Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; f) Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura, (BRASIL, 2008, s/p)

O objetivo dos subprojetos é promover a inserção dos estudantes no contexto escolar para aprimorar a sua formação acadêmica desenvolvendo e convivendo com atividades didático-pedagógicas com a orientação dos professores supervisores na escola e o coordenador (professor das licenciaturas). O PIBID surge como uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais falhas no processo de formação docente inicial havendo maior integração entre teoria e prática, entre universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A participação no programa dá-se pela apresentação e aprovação dos projetos pela CAPES, via editais públicos. O programa conta com várias modalidades de bolsas aos participantes. O maior número delas é ofertado para Iniciação à Docência - para acadêmicos dos cursos das licenciaturas; Bolsa para Supervisão - para professores das escolas públicas selecionados para colaborar com a formação docente inicial; Bolsa Coordenação de área - professores dos cursos de licenciatura; Bolsa para gestores de processos educacionais - professor das licenciaturas das IES que coordenam as ações didático-pedagógicas; bolsa para coordenadores Institucionais - para professor da IES que coordena o programa na instituição. Entende-se que ainda seja cedo para avaliações mais contundentes, porém observa-se que o PIBID como política pública encaminha-se para a efetivação no cenário nacional.

3. METODOLOGIA

O objetivo principal deste artigo é analisar o capital social presente no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - Subprojeto Letras - Português - IFPR Câmpus Palmas - PR. Apresentou-se inicialmente abordagem conceitual referente ao capital social baseando-se em Putnam (1996), Jawdat (1999), Moyano (2001). Num segundo momento, abordou-se sobre os conceitos e implicações das políticas públicas na sociedade, fundamentados nos conceitos expostos por Souza (2006) e Lourenço (2005). Num terceiro momento, descreveu-se o PIBID, como política pública de Educação (MEC, 2010, 2013). A continuação fez-se a análise dos dados levantados nas entrevistas através de questionários, constando de 3 (três) perguntas cada, sendo uma com escala de Likert⁵ e as outras de múltipla escolha simples. O público alvo consta de um total de 27 respondentes, sendo coordenadores de subprojeto (2), supervisores de subprojeto (4) e acadêmicos bolsistas (21) do Sub-projeto Letras-Português do IFPR - Instituto Federal do Paraná - Câmpus Palmas - PR. Usar-se-á a análise quali-quantitativo para evidenciar os resultados dos questionários aplicados contemplando as seguintes categorias para os Bolsistas: - troca de informações, contato e interação e níveis de confiança; para Coordenadores e Supervisores - troca de informações, níveis de confiança e liderança. A análise de dados dar-se-á pela elaboração de gráficos em planilhas do Excel, no software Ucinet 6 for Windows, gerando ainda, o sociograma (redes) a partir do software NetDraw. Conclui-se referenciando os principais resultados obtidos sobre as relações sociais no PIBID considerando as relações de poder que perpassam as interações humanas dentro do âmbito acadêmico de formação docente inicial.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção apresenta-se os dados levantados por meio dos questionários e as análises à luz das conceitos discutidos na fundamentação teórica.

4.1 O CONTEXTO DA PESQUISA.

⁵ Desenvolvido por Rensis Likert para mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância. (SILVA JUNIOR & COSTA, 2014, p. 5).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), iniciou suas atividades em Palmas no ano de 2010 depois de um processo de federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS). Este Câmpus tem uma peculiaridade dentro dos IFs, pois os mesmos têm a natureza educativa voltada principalmente ao ensino Técnico e Tecnológico de nível médio ou superior. Neste caso ao federalizar-se uma IES privada que tinha como foco principal cursos de educação superior, principalmente os voltados às licenciaturas, herdou-se cursos de formação superior, invertendo o processo de verticalização do ensino.

No início de 2012 depois de passar por reformulações, abriu-se processo seletivo para o curso de Letras Português-Inglês. No que tange ao PIBID, submeteram-se projetos à aprovação da CAPES no mesmo ano. Foram aprovados 7 (sete) subprojetos para o Câmpus: Letras Português, Letras Inglês, Educação Física, Química, Biologia, Pedagogia e Artes. O projeto institucional foi aprovado para o período de agosto de 2012 a setembro de 2013, sendo depois estendido pela CAPES até dezembro de 2013. O subprojeto português foi aprovado com um coordenador de área, dois professores supervisores (escolas públicas da cidade de Palmas) e 10 bolsistas do curso de Letras.

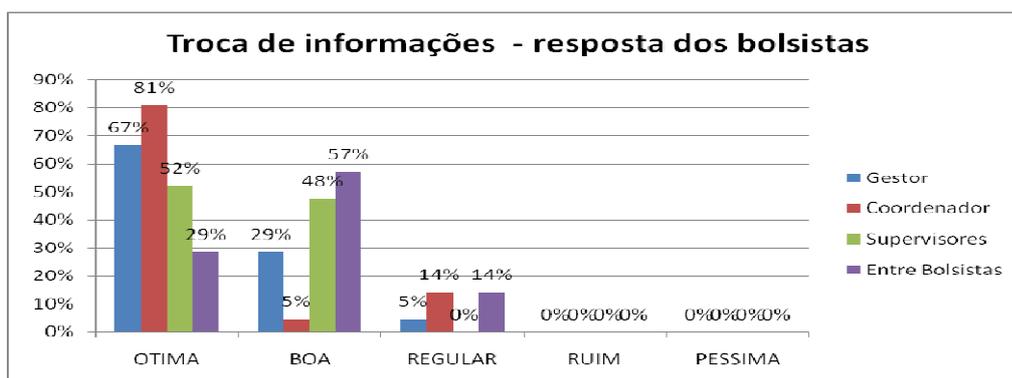
Em 2013 a CAPES abriu novo edital de seleção de projetos para o período de março de 2014 até fevereiro de 2018. O subprojeto português foi novamente aprovado, após ser reformulado e ampliado. Para este período o subprojeto foi aprovado para dois coordenadores de área, quatro supervisores (escolas públicas) e 21 bolsistas do curso de Letras.

O subprojeto Letras Português do IFPR - Câmpus Palmas insere-se no contexto do projeto Institucional do PIBID envolvendo nove subprojetos, sendo 7 (sete) no Campus Palmas e 2 (dois) no Campus Paranaguá. Os projetos do Campus Palmas envolvem 256 bolsistas de iniciação à docência, 28 supervisores das escolas públicas e 14 coordenadores de subprojetos dos cursos de licenciatura do Campus. Neste trabalho fez-se o recorte e apresentar-se-á os dados referentes apenas ao Subprojeto Letras Português por escolha metodológica devido às dificuldades de analisar o projeto no seu número total de integrantes. Apresenta-se a seguir as análises dos dados.

4.2 DISCUSSÕES DA PESQUISA

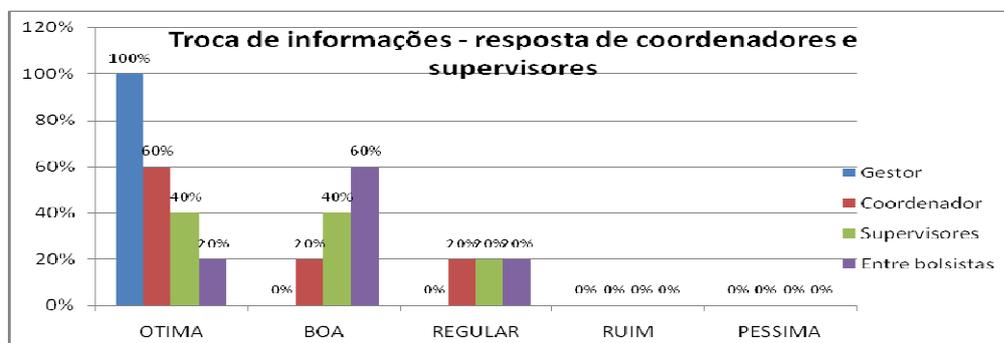
Neste item apresentam-se os dados das categorias elencadas nos questionários aplicados aos coordenadores, supervisores e bolsistas do Subprojeto Português do PIBID IFPR - Câmpus Palmas - PR. A primeira questão avalia a troca de informações com os agentes institucionais.

Figura 1 - Troca de informações - resposta dos bolsistas.



Fonte: Elaboração própria (2014)

Figura 2 - Troca de informações - resposta dos coordenadores e supervisores.



Fonte: Elaboração própria (2014)

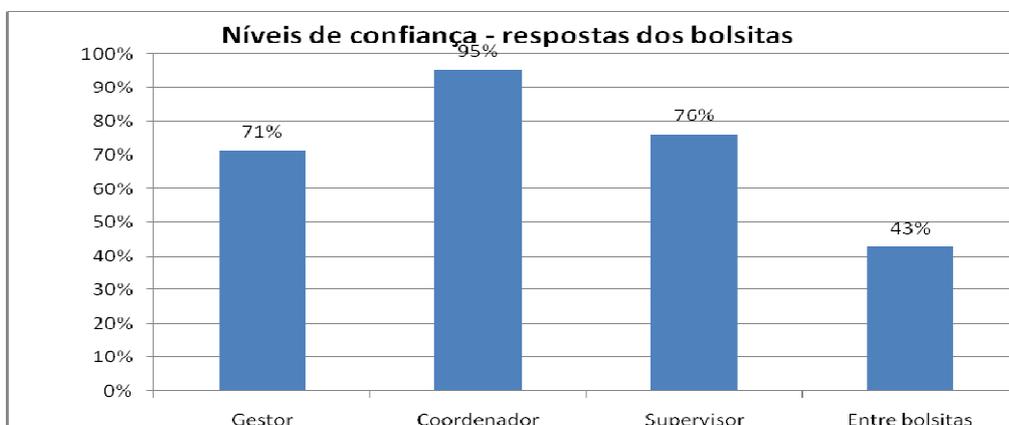
Neste item os respondentes deviam assinalar numa escala de Likert (de 1 a 5), sendo 1. péssima, 2. ruim, 3. regular, 4. boa e 5. ótima, quanto a percepção que tinham em relação à troca de informações. Infere-se que o público alvo de respondentes constituía-se de 21 (vinte e um) bolsistas aqui identificados como B1, B2, B3, B4, etc; 2 (dois) coordenadores, identificados como C1 E C2 e 4 (quatro) supervisores, sendo S1, S2, S3, S4. Ressalta-se que S4 não respondeu o questionário, portanto as análises foram feitas sobre o resultado de 5 respondentes e não 6 conforme mencionado no público alvo.

Na observação dos resultados observa-se que nas respostas dos coordenadores e supervisores 100% assinalaram como ótima a relação de troca de informações com o gestor

e os bolsistas 67% consideram da mesma forma. No entanto, 60% dos coordenadores e supervisores consideram ótima a troca de informações entre si, 80% dos bolsistas consideram ótima a troca de informação com os coordenadores. Assim, nota-se que mesmo existindo uma estrutura hierárquica entre os pares observa-se colaboração espontânea na troca de informações conforme discussões de Putnam (1995). Quando refere-se a troca de informações com os supervisores observa-se que, coordenadores e supervisores, consideram 40% como ótima, 40% como boa e 20% como regular. Para os bolsistas, 52% consideram ótima e 48% boa. Nota-se um leve descenso na otimização da troca de informações, porém mantendo-se num nível aceitável. O que mais chama a atenção são os dados relacionados à troca de informação com os bolsistas e entre eles. Os coordenadores e supervisores apontaram como ótima apenas 20%, sendo 60% boa e 20% regular. Os dados dos bolsistas reforçam que este deve ser um dos pontos a ser trabalhado e reforçado dentro do projeto, pois apenas 29% considera ótima, sendo que 57% consideram boa e 14% regular. Apesar de haver uma variação maior entre estes atores (bolsistas) em relação aos dados dos atores acima analisados (coordenadores e supervisores), não é possível determinar que os dados sejam preocupantes, no entanto, indicam onde deve ser reforçado o trabalho para melhorar o quesito de troca de informações, a fim de reforçar os laços de relações (combinações), apontados por Evans (1985).

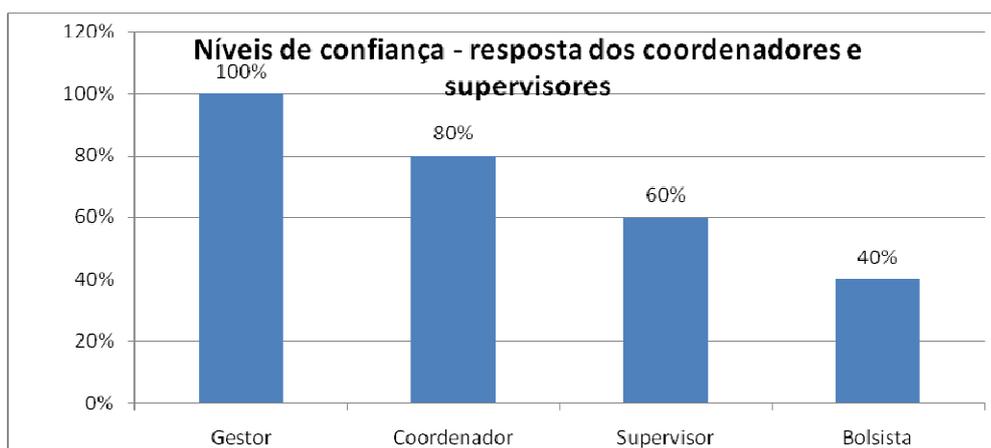
A seguir são discutidos os resultados referentes ao nível de confiança. No questionário dos bolsistas correspondia à questão número 3 (três) e no dos coordenadores e supervisores a questão número 2 (dois). Os respondentes deviam assinalar com quais grupos apresentavam bons níveis de confiança, sendo, gestor, coordenadores, supervisores e bolsistas.

Figura 3 - Níveis de confiança - resposta dos bolsistas.



Fonte: Elaboração própria (2014)

Figura 4 - Níveis de confiança - coordenadores e supervisores.



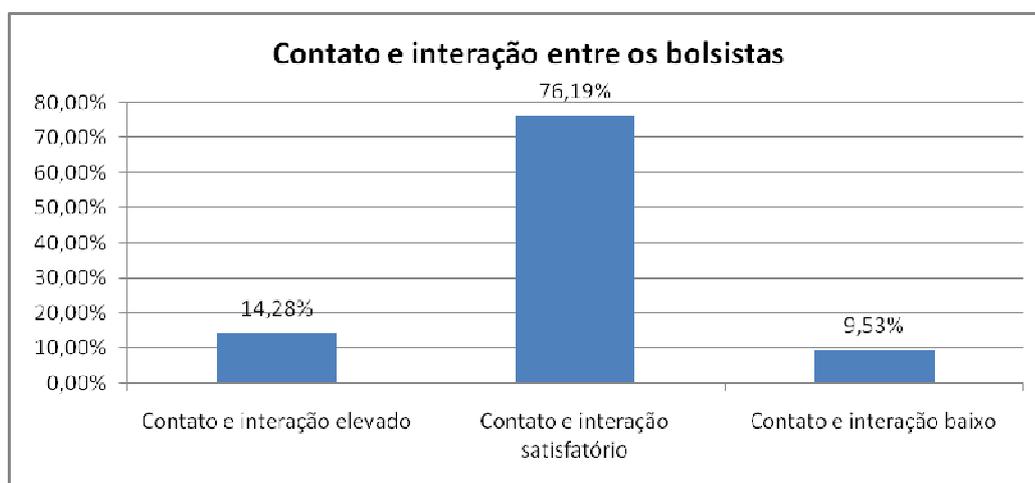
Fonte: Elaboração própria (2014)

Observa-se que 100% dos coordenadores e supervisores têm bons níveis de confiança com o gestor, enquanto 71% dos bolsistas apontaram o mesmo. Na relação com os coordenadores, 80% consideram bons níveis de confiança entre si e dos supervisores com eles. Os bolsistas apontam que 95% tem bom nível de confiança com os coordenadores. No que se refere aos supervisores 60% dos coordenadores e supervisores apontam bons níveis de confiança, alcançando 76% na análise dos bolsistas. O dado mais expressivo é o baixo nível de confiança apresentado em relação aos bolsistas. Coordenadores e supervisores apontam como 40% o nível de confiança e mesmo entre os próprios bolsistas o nível de confiança chega apenas a 43%. Observa-se neste sentido, que apesar dos altos níveis de confiança entre os agentes institucionais, quando refere-se aos bolsistas será preciso centralizar o trabalho neste grupo de atores para gerar maiores

índices de confiança afim de efetivar as práticas de formação e ação propostas pelo subprojeto através do PIBID. Observa-se neste aspecto a relação com as discussões dos laços fracos apontados por Granovetter (1973).

A segunda pergunta do questionário dos bolsistas remitia a categoria "contato e interação". Considerando a interação dos bolsistas do subprojeto Letras Português deveriam assinalar com quais possuíam maior contato e interação.

Figura 5 - Contato e interação com os colegas bolsistas.

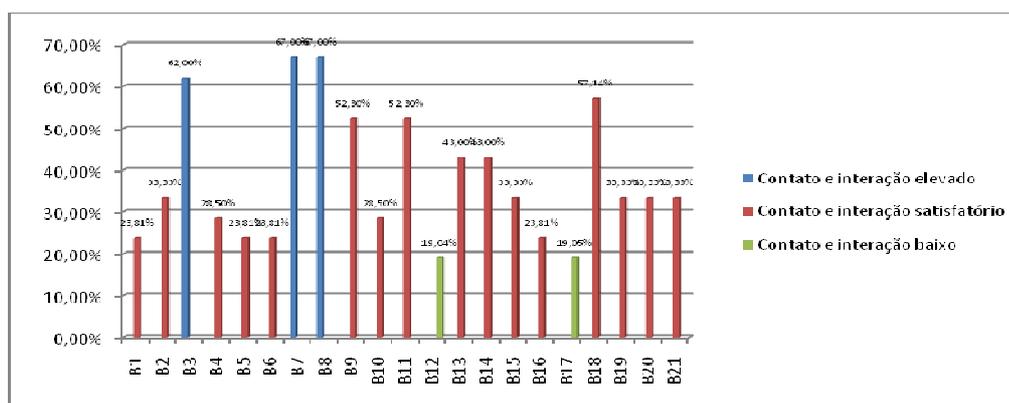


Fonte: Elaboração própria (2014)

Os bolsistas apresentam uma visão pessimista em relação ao contato e interação, apresentando laços fracos nestas categorias, de acordo com o postulado por Granovetter (1973). Em outras pesquisas e análises tornar-se-ia interessante analisar quais seriam as causas para esta postura, inclusive focar nos mecanismos sociais e culturais que interfeririam neste aspecto de acordo com o proposto por Bourdieu (1986). Na análise dos dados dos bolsistas, observa-se que 14,28 % alcançaram valores de contato e interação elevado. No entanto, o grupo mais considerável de bolsistas encontra-se no nível de interação e contato satisfatório, absorvendo 76,19% dos respondentes, enquanto que 9,53% encontram-se no grupo que representa contato e interação baixo. Neste aspecto, conforme se observa no gráfico abaixo, encontra-se B17 que faz parte do projeto apenas a quatro meses, justificando a pouca interatividade com o grupo devido ao pouco tempo de participação no Programa. Entende-se que o "tempo de participação" interfere nesta perspectiva de interação e colaboração de acordo com o exposto por Coleman (1988, 1990). O caso de B12 merece acompanhamento e análise individualizado, pois participa do

subprojeto desde 2012, apontado de acordo com Bourdieu (1986) quais os fatores sócio-culturais interferem neste baixo rendimento.

Figura 6 - Contato e interação entre os bolsistas

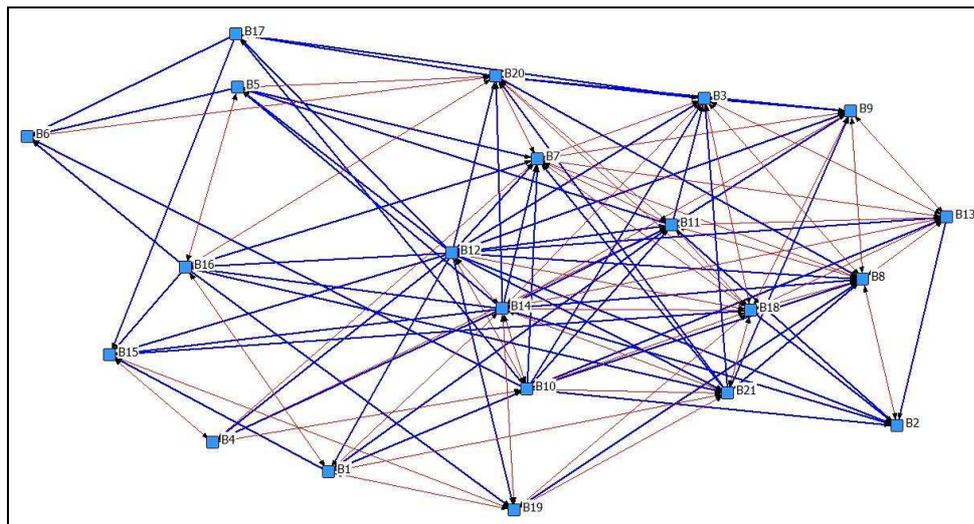


Fonte: Elaboração própria (2014)

Na observação individual dos dados dos bolsistas, percebe-se que na concepção deles B3, B7 e B8, apresentam nível de contato e interação elevado no grupo e nas atividades desenvolvidas na escola. Infere-se ainda, nesta análise que B1, B2, B4, B5, B6, B9, B10, B11, B13, B14, B15, B16, B18, B19, B20, B21, concentram-se no grupo de contato e interação satisfatório com uma variação de porcentagem de 23,81% a 57,14 %. Por outro lado, B12 e B17 apresentam contato e interação baixo com 19,04% e 19,05% respectivamente, devendo ser motivo de atenção por parte dos coordenadores para a percepção dos problemas para tal rendimento, pois são fatores de fundamental importância dentro do projeto, conforme Coleman (1988, 1990). Salienta-se que B1, B5, B6, B11 e B17 são bolsistas a menos tempo que os demais, tendo entrado no programa a quatro meses. Neste sentido, B1, B5, B6, B11, conseguiram em pouco tempo alcançar pelo menos um desempenho satisfatório, enquanto B17 foi avaliado com desempenho insuficiente pelos colegas. O caso de B12 é mais significativo, pois apesar de estar no programa desde 2012 apresentou contato e interação baixo. Alerta-se os coordenadores e supervisores a orientarem e acompanharem B12 para que possa desenvolver maior interatividade no processo de formação docente.

Na figura abaixo, gerada pela ferramenta de análise de redes sociais (ARS) Ucinet, observa-se os entrelaçamentos de contato e interação entre os bolsistas a partir das respostas ao questionário em análise.

Figura 7 - Rede de contato e interação - a partir das respostas dos bolsistas.

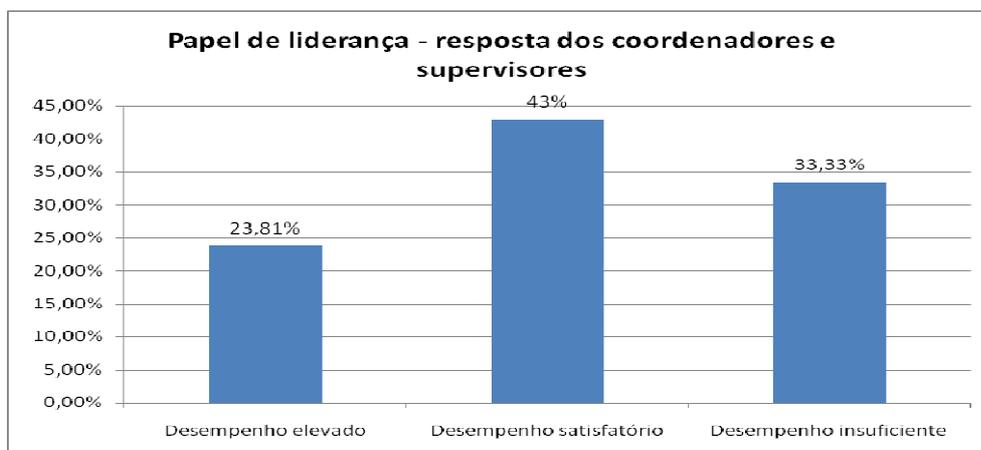


Fonte: Elaboração própria (2014), com uso do software Ucinet e NetDraw (2002)

A figura representa os laços de contato e interação apresentados na figura 6. Destacam-se neste sentido B3, B7 e B8 com maiores indicadores de contato e interação e B12 e B17 com apenas uma indicação, apresentando contato e interação baixo. Observa-se de acordo com a figura e dos dados obtidos através do software Ucinet 6 for Windows que a densidade da rede é de 0,390, numa escala de 0 a 1, e o número de laços 164. Esses dados revelam que as redes de contato e interação entre os bolsistas são significativamente fracas, devendo ser motivos de atenção, de acordo com o exposto por Granovetter (1973).

A terceira pergunta do questionário dos coordenadores e supervisores buscou analisar o papel de liderança dos bolsistas. Considerando a categoria liderança, deveriam assinalar os nomes dos bolsistas (um ou mais nomes) que considerassem que exercem destacado papel de liderança na execução do projeto.

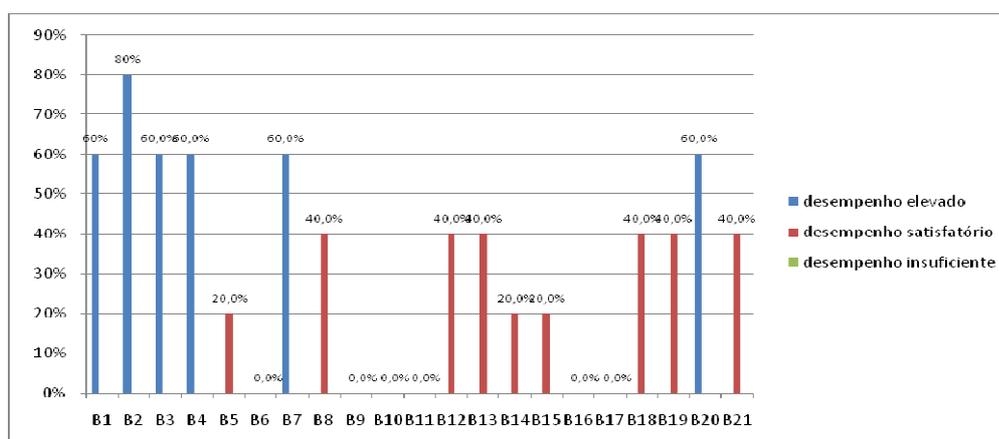
Figura 8 - Papel de liderança - resposta dos coordenadores e supervisores.



Fonte: Elaboração própria (2014)

No quesito papel de liderança apontado pelos dados dos coordenadores e supervisores, observa-se que o maior grupo de bolsistas concentra-se no grupo com desempenho satisfatório, absorvendo 43% dos bolsistas, enquanto 33,33% foram indicados com desempenho insuficiente e apenas 23,81% indicados com desempenho elevado. Infere-se que é preciso trabalhar no processo de formação dos bolsistas este aspecto da liderança, pois a mesma determina-se como fundamental para a futura profissão docente, assim reforçado pelo papel social desempenhado no grupo de acordo Bourdieu (1986); Putnam (1995).

Figura 9 - Papel de liderança - desempenho individual - resposta dos coordenadores e supervisores.



Fonte: Elaboração própria (2014)

Na visão dos coordenadores e supervisores B1, B2, B3, B4, B7 e B20 apresentam nível de desempenho elevado no quesito, enquanto B5, B8, B12, B13, B14, B15, B18, B19 e

B21 apresentam nível de desempenho satisfatório. No extremo na situação temos, na visão dos coordenadores e supervisores, os casos de B6, B9, B10, B11, B16 e B17 que apresentam nível de desempenho insuficiente, neste caso todos com nenhuma indicação da parte dos coordenadores e supervisores, ou seja, casos que devem ter acompanhamento individualizado no processo de formação afim de que desenvolvam a habilidade de liderança necessária à profissão docente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este artigo, infere-se que o conceito de Capital Social presente nas discussões de políticas públicas e trabalhos acadêmicos não é um conceito novo, mas polissêmico. A partir de Putnam (1996), Moyano (2001), Jawdat (1999) destaca-se que o capital Social permeia as relações sociais na modernidade e os fatores de composição do mesmo determinam as relações de poder e ações dos indivíduos frente aos cenários locais e globais na produção de conhecimentos, assim como, no desenvolvimento humano e social.

No que tange às políticas públicas, de acordo com Souza (2006) e Lourenço (2005), conclui-se que são uma área definida recentemente nos âmbitos acadêmicos e que de um modo geral representam tudo aquilo que os "governantes" fazem ou deixam de fazer nas escolhas e definições dos projetos para a sociedade em questão. Entende-se que a criação e definição das políticas públicas incidirá diretamente nos resultados a curto e longo prazo.

Em relação ao PIBID, compreende-se que é uma política pública de educação para a formação docente inicial. A continuidade do Programa é determinante para o resgate e melhoria da qualidade da formação docente inicial, mas não só, principalmente no resgate do valor social e profissional dos docentes em nosso país.

No que alude à categoria troca de informações, observou-se que é o item de melhor expressão, pois, em todos os questionários as respostas foram positivas referendando que, como categoria de capital social, os agentes do subprojeto em questão apresentam bons níveis de troca de informação, sendo um dos pontos fortes apontados por Putnam (1995), Coleman (1988, 1990).

Na categoria nível de confiança, ressalta-se que entre agentes institucionais os resultados são bons ou satisfatórios, diminuindo quando refere-se ao nível de confiança que os bolsistas apresentam entre si ou até mesmo dos coordenadores e supervisores em relação a eles.

No que diz respeito à análise da categoria interação e contato entre os bolsistas, revela-se que as dinâmicas organizacionais do grupo não estão contribuindo para a interação e contato dos bolsistas entre si. Porém, observa-se que a formação de pequenos grupos subdivididos por escola teria contribuído para que não houvesse uma interação maior entre todos os bolsistas. É notório a necessidade de priorizar atividades e ações que possibilitem aos bolsistas maior interação. No entanto, essa baixa de interação, refletiu-se inclusive na análise da categoria troca de informações. Logo, observa-se a relação direta com a análise da categoria troca de informações, pois é no grupo de bolsistas onde observa-se os menores índices de troca de informações, assim referenciando o exposto por Evans (1985).

A categoria papel de liderança aponta os resultados dos questionários aplicados aos coordenadores e supervisores. Os dados analisados indicam que um pequeno grupo de bolsistas é indicado com desempenho elevado de liderança, enquanto o grupo maior encontra-se na faixa intermediária, com desempenho satisfatório de liderança, porém um grupo significativo de bolsistas recebeu nenhuma indicação. Este dado é revelador e precisa ser trabalhado no grupo, pois o papel de liderança é fundamental para a profissão docente.

Finaliza-se afirmando que essa pesquisa apresenta dados significativos para os agentes institucionais, e, possibilita, na sua análise minuciosa, elementos de Capital Social fundamentais para a aplicação do PIBID como política pública de educação. A análise mostrou-se como uma possibilidade prática de aplicação das ferramentas de análise de sociogramas (redes) em pesquisa e trabalhos com políticas públicas, neste caso concreto de educação para formação de professores. Infere-se que o uso de ferramentas de análise de redes entre os membros de grupos sociais ou em projetos torna-se produtiva quando aplicada a metodologia de sociogramas (redes) permitindo a visualização dos laços que permeiam o âmago das relações interpessoais dentro dos projetos oportunizando mecanismos para apoiar os processos de tomadas de decisões.

Como encaminhamentos para trabalhos futuros, recomenda-se a aplicação desta ferramenta metodológica em outros cenários envolvendo o Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação à Docência (PIBID), o que poderá auxiliar também nas discussões e reformulações desta política pública educacional.

REFERENCIAS

BORGATTI, S.P. **NetDraw: Network Visualization. Analytic Technologies:** Harvard, MA. 2002.

BORGATTI, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C.. **Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis.** Harvard, MA: Analytic Technologies. 2002

BRASIL. **DECRETO Nº 7.219, DE 24 DE JUNHO DE 2010.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7219-24-junho-2010-606872-publicacaooriginal-127693-pe.html>/acessado 20/01/2015.

_____. **LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm / acessado 20/01/2015.

_____. **PIBID:** Programa institucional de bolsa de iniciação a Docência. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/acessado/19/12/2014,10:30> hs.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico.** In: BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

ESTRADA MOYANO, Eduardo. **el concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas de desarrollo.** Revista Fomento Social, 56, 2001, p. 35-63.

GRANOVETTER, Mark S. **The Strength of Weak Ties.** American Journal of Sociology, vol. 78, Issue 6 (May, 1973, 1360-1380.

LOURENÇO, Marcus Santos. **Políticas Públicas e desenvolvimento.** In Silva, Christian, L. D; Medes. Reflexões sobre desenvolvimento sustentável: rentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

JAWDAT, Abu-El-Haj. **O debate em torno do Capital Social:** Uma revisão crítica. BIB, Rio de Janeiro n° 47, 1° semestre de 1999.

PUTNAM, Robert. **Origens da comunidade cívica.** in. PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. *Comunidade e democracia.*

SILVA JUNIOR, Severino, D. COSTA, Francisco José. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion.** PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (ISSN 1983-9456 Impressa e ISSN 2317-0123 On-line), São Paulo, Brasil, V. 15, p. 1-16, outubro, 2014 - www.revistapmkt.com.br/ acessado 16/02/2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão de Literatura. Rev. Sociologias. Porto Alegre, ano B, n° 16, jul/dez 2006.